



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Teresa Leitão

**REQUERIMENTO Nº DE - CAS**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de audiência pública para tratar do enfrentamento ao câncer de colo de útero, trata-se do terceiro tipo de câncer com maior incidência entre as mulheres.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Exma. Sra. Nísia Trindade Lima, Ministra da Saúde;
- a Doutora Jurema Telles, Oncologista;
- a Senhora Mariana Seabra, Enfermeira coordenadora de projetos do grupo Bloco A;
- a Senhora Representante do Movimento Rede de Mulheres Negras, Sanitarista.

**JUSTIFICAÇÃO**

No Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer de colo de útero (CCU) é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres, apesar de ser prevenível. Embora seja uma doença de alta mortalidade, com diagnóstico e tratamento simples e de baixo custo, o câncer do colo do útero permanece com alta prevalência.

“A despeito da efetividade dos programas de rastreamento, o câncer de colo de útero ainda representa um grave problema de saúde pública, especialmente



para os países em desenvolvimento que abrigam cerca de 80% dos casos e mortes decorrentes desta neoplasia”

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o número estimado de casos novos do câncer do colo do útero para o Brasil, para cada ano do triênio de 2023 a 2025, é de 17.010, correspondendo ao um risco estimado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres. Em termos de mortalidade no Brasil, em 2020, ocorreram 6.627 óbitos, e a taxa de mortalidade bruta por câncer do colo do útero foi de 6,12 mortes a cada 100 mil mulheres

Quanto à distribuição geográfica, é o segundo mais incidente nas Regiões Norte (20,48 por 100 mil) e Nordeste (17,59 por 100 mil). Na Região Centro-oeste (16,66 por 100 mil), ocupa a terceira posição; na Região Sul (14,55 por 100 mil), a quarta; e, na Região Sudeste (12,93 por 100 mil), a quinta posição. Ressalta-se que em Pernambuco, números absolutos informam que são 360 mulheres mortas/ano, o que significa uma mulher morta por dia de câncer do colo do útero no estado.

O câncer de colo de útero tem relação direta com as condições socioeconômicas da população feminina. O maior índice dá-se nos países de média e baixa renda em termos comparados, pois tem uma característica importante, analisada em todas as regiões do mundo, que é a incidência com relação direta a vulnerabilidade social. Estudos realizados em Pernambuco apontam que mulheres brancas têm uma sobrevida maior do que as negras.

O câncer de colo de útero é considerado passível de erradicação por meio da vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV). Apesar da vacina ser distribuída gratuitamente e oferecida à população, o Brasil vive as consequências do enfraquecimento e da desarticulação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), com grave redução da cobertura vacinal de todas as vacinas, em especial das que se destinam às crianças, sobretudo das mais pobres e vulneráveis.

Além de salvar a vida das mulheres com a vacina, os benefícios sociais e econômicos são maiores quando a prevenção é realizada, uma vez que, o custo do tratamento para o Sistema Único de Saúde (SUS) e as consequências da doença em fase avançada são elevados e carregam estigmas.

O método de rastreio do CCU é por exame citopatológico, conhecido como Papanicolau e exame preventivo. A periodicidade deve ser após dois resultados negativos com intervalo de um ano, os próximos serão de realizados a cada três anos. A população alvo é de mulheres de 25 a 64 anos. Pesquisadores brasileiros, a partir do IMIP ((Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira), sediado em Recife, vêm desenvolvendo um novo método de diagnóstico e testagem, através da mesma tecnologia utilizada no teste de tipo RT/PCR, o que possibilitará um teste com mais qualidade, além de abrir a possibilidade para a auto coleta.

A estratégia global proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para acelerar a eliminação da doença como problema de saúde pública inclui as seguintes metas, que devem ser alcançadas até 2030: 90% das meninas totalmente vacinadas contra HPV aos 15 anos; 70% das mulheres submetidas a um teste de rastreamento de alta performance aos 35 e aos 45 anos; e 90% das mulheres identificadas com lesões precursoras e câncer recebendo tratamento.

Por tudo isso, interessada em discutir os diversos aspectos que cercam esse relevante tema de extremo interesse público, convido os/as nobres parlamentares a apoiarem a realização dessa atividade.

Sala da Comissão, 8 de março de 2023.

**Senadora Teresa Leitão**  
(PT - PE)